

LV 30 anos

DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES



INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1437 - 17 DE JANEIRO DE 2019

A
CELESC
É DO
POVO



"A joia da coroa" não pertence a nenhum monarca, como quer o Conselheiro Marcelo Gasparino

A CELESC É DO POVO

A Celesc não pertence a um monarca, como quer o conselheiro Marcelo Gasparino

No dia 11 de janeiro, foi publicado no jornal Diário Catarinense um artigo do representante dos minoritários no Conselho de Administração, Marcelo Gasparino. Com o título: "A Joia da Coroa", o artigo utiliza dados frágeis e convenientes para induzir a população a acreditar que o Governo do Estado têm gerido mal a empresa e, conseqüentemente, que seria melhor deixar a iniciativa privada tomar conta da maior estatal catarinense.

Esta forma de enganar é uma característica antiga da elite do poder. No livro "A Elite do Atraso", o sociólogo Jessé de Souza demonstra como um conceito de ódio ao Estado, enraizado na nossa sociedade, faz com que o discurso do mercado iluda muita gente a ponto de destruir a indústria nacional e entregar o patrimônio público a preço de banana para a elite do dinheiro, essa sim a responsável pelo atraso e desigualdade. Essa é a estrutura do artigo escrito por Gasparino. Velho conhecido dos trabalhadores da Celesc, o atual conselheiro é indicado de um dos maiores inimigos da Celesc Pública: Lírio Parisotto. Escondido dos holofotes, o especulador tem em seu fiel escudeiro a fachada necessária para continuar a busca pela privatização da Celesc, e lucrar, sem se importar com a qualidade do serviço prestado à população.

No artigo, Gasparino cita que o valor da Celesc na Bolsa de Valores caiu cerca de 35% em um prazo de sete anos. Cita também o endividamento da companhia, cita Celos e forma um caldo de números aleatórios, para em um tom alarmista se autodeclarar o único conselheiro que, responsávelmente, tem votado contra os prejuízos. Seguindo a lógica de demonizar as ações do Estado e caracterizá-lo como irresponsável e incapaz, Gasparino puxa o saco da EDP, empresa também acionista minoritária da Celesc que tem interesses declarados de assumir o controle da companhia. Ou seja, Gasparino joga dados desconexos e facilmente contestáveis para criticar a gestão pública da empresa e incensar os acionistas privados na esperança de convencer os catarinenses que de que a privatização é boa e garantir lucro fácil com a venda do patrimônio público.

Nesta quinta-feira, um artigo desmontando as falácias de Gasparino foi publicado também no Diário Catarinense. Assinado pelo coordenador da Intercel, Amílca Colombo, o texto contou com a capacidade técnica e expertise de trabalhadores da Celesc para apresentar ao povo o contraponto, demonstrando que uma Celesc Pública é muito mais eficiente e atende

com maior qualidade a sociedade. A análise "simplória e conveniente" feita por Gasparino na questão do valor das ações é destruída já no segundo parágrafo: "Se o Conselheiro considerasse o valor da ação no dia anterior em que o artigo foi publicado demonstraria aos leitores que o valor acionário evoluiu 80% nos últimos 3 meses". Na sequência, o retrato de investimentos irresponsáveis pintado pelo conselheiro também é desmontado: "Nos últimos 10 anos, a Celesc investiu em mais de 30 subestações, além de modernizar e ampliar dezenas de já existentes; ampliou em mais de 20 mil quilômetros as redes de distribuição e garantiu o atendimento de quase 1 milhão de novas unidades consumidoras", tudo isso com o trabalho altamente capacitado dos celesquianos. "A empresa tem eficiência operacional garantida por profissionais com grande qualidade técnica e compromisso com os catarinenses", afirma.

O artigo da coordenação da Intercel lembra a sociedade algo que Gasparino, também convenientemente, esquece. A Celesc foi eleita a 2º melhor distribuidora de energia do Brasil e a 2º melhor de toda a América Latina e Central. A questão que irrita o conselheiro e seu patrão é o fato de a empresa investir para melhorar a qualidade do atendimento à população ao invés de dar vultosas cifras para os acionistas. Esse é, na verdade, o choro do conselheiro: a empresa pública tem responsabilidade com o Estado de Santa Catarina, e não com a conta bancária de especuladores. Recentemente, o Governador do Estado falou aos celesquianos, defendendo a manutenção da empresa pública, para desenvolvimento social do Estado.

Gasparino classifica a Celesc como a "joia da coroa". A coroa é o símbolo de uma monarquia, de um sistema onde um só manda e o resto obedece. O rei era aquele que tinha o poder de mandar matar e de deixar viver. Basicamente aquilo que eles pretendem fazer com os trabalhadores na privatização. Por isso, esta é uma analogia muito ruim para a Celesc. A Celesc é do povo e não existe um monarca absoluto que decidirá seu destino. Por força de lei, o povo catarinense, que reconhece a excelência do serviço prestado pelos trabalhadores da Celesc, tem que ser consultado sobre o destino da empresa. Para o conselheiro, que defende quase que religiosamente a venda da empresa, ou seja, a apropriação da coroa que pertence ao povo pelo "rei do capital", parece pertinente lembrar uma famosa frase de Jean Meslier: "O povo só será livre quando o último rei for enforcado nas tripas do último padre".

ELETROBRAS PROMOVE ELEIÇÃO PARA CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

Conforme previsão em ACT trabalhadores escolherão seu Representante no CA da Eletrosul

A Eletrosul divulgou semana passada a lista dos candidatos que se inscreveram para disputar a eleição de Representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração. A lista divulgada tem seis candidatos e a Comissão Eleitoral Paritária, composta por integrantes da empresa e dos sindicatos deve se reunir hoje, dia 17 para homologação das candidaturas. Os inscritos são:

Deunézio Cornelian Júnior
Fábio Roque Scheffel
José Felipe Manoel Von Trompowsky
Adriano Pauli
João Luiz da Silva Bruning
Marco Antonio Paniagua de Andrade

A eleição ocorrerá nos dias 26 e 27 de fevereiro, podendo haver necessidade de segundo turno, caso nenhum candidato alcance percentual maior que 50% dos votos.

Para os sindicatos da Intersul, a eleição é muito importante, especialmente no momento em que o país tem um novo Governo privatista e com uma postura nada favorável aos interesses dos trabalhadores, com medidas já em andamento, que reduzem direitos e a capacidade de organização e inserção dos trabalhadores na definição de políticas que afetam todo o conjunto da sociedade. Fundamental para os trabalhadores terem um representante no Conselho de Administração que, além de zelar pela boa administração, defender os interesses da empresa pública e da sociedade, também esteja conectado com a realidade dos trabalhadores e suas lutas.

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL E SUSTENTAÇÃO DAS ENTIDADES

Boato enfraquece capacidade de negociação e de defesa dos direitos dos trabalhadores

Após a aprovação da Participação nos Lucros e Resultados 2019 o Sindinorte foi surpreendido com um ataque organizado contra a sustentação financeira das entidades sindicais. Em Mafra, um boato diz que o sindicato havia orientado os trabalhadores a fazerem oposição ao desnoto de 1% que sustenta a campanha de data-base dos celesquianos. De acordo com trabalhadores do local, cartas com o mesmo texto foram passadas de mão e mão para assinatura como se fosse uma orientação do sindicato. O Boato é mentiroso, afinal de contas, a sustentação financeira das entidades é o que garante condições de organização e negociação do Acordo Coletivo de Trabalho. As assembleias regionais, a Assembleia estadual e as rodadas de negociação são fiam ciadas com esta contribuição, fazendo com que o ACT reflita os anseios da categoria. Ao organizar uma oposição, o responsável pelo boato dá um tiro no próprio pé: enfraquece os sindicatos e dá espaço para que a categoria seja atacada, atentar contra os próprios direitos. A sustentação financeira das entidades é hoje um desafio. Com o fim do imposto sindical, as atividades são sustentadas pela sindicalização, que arrecada, no limite, para cobrir despesas administrativas. Apesar de apoiar o fim do imposto, as entidades consideram que ele deveria vir com uma ampla reforma sindical, onde os benefícios conquistados através do sindicato fossem revertidos apenas para os sindicalizados, acabando com uma vasta gama de empregados que são beneficiados sem contribuir em nada com a luta da categoria.

A Intercel reafirma a importância da contribuição e da sindicalização para um sindicato forte, coeso e com condições de lutar pelos trabalhadores.

TRIBUNA LIVRE

FIM DO “SOCIALISMO” NO BRASIL SIGNIFICA A DESTRUIÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Por José Álvaro Cardoso, economista

O governo Bolsonaro acena com a implantação de uma base militar dos Estados Unidos no Brasil, o que já se esperava, dado o grau de servilismo ao Império, por parte da equipe que assumiu o governo federal. A proposta não é consensual no interior do governo, que, mesmo sendo um dos mais entreguistas da história, é improvisado e atravessado por grandes contradições. Alguns oficiais de alto escalão das Forças Armadas, por exemplo, já se manifestaram com reservas em relação ao problema, observando que a medida não é coerente com a política de defesa do país, além de ser desnecessária para o momento, já que o Brasil não se encontra sob ameaça militar.

Temer já vinha negociando a concessão para os EUA, do Centro de Lançamento de Alcântara, da Força Aérea, no estado do Maranhão, tido como um dos melhores pontos de lançamento de foguetes e satélites do mundo. Pelo que se divulgou na imprensa, as condições dos norte-americanos, para uso da base, são de fato, imperiais. Querem alugar a base sem nenhum controle do governo brasileiro, o que significaria na prática, que o local seria tratado como território dos EUA. Apesar das contradições que suscita, esse tipo de concessão ao Império é típico desse governo, e dev eremos assistir muitos atos semelhantes. Se a sociedade não reagir, inclusive, deveremos assistir ações ainda mais graves.

Ações contra a soberania nacional representam a outra face de ações contra as condições de vida da população. Não é por nenhum acaso que, ao mesmo tempo, em que acena com a entrega da Base de Alcântara para os EUA, o governo afirma que irá acabar com o “socialismo” no Brasil. Essa frase não deve ser vista apenas como uma afirmação ridícula (que é, de fato), mas deve ser corretamente interpretada: fim do socialismo significa fim das políticas sociais, fruto de anos de lutas, como a Seguridade Social (que abrange SUS, Assistência Social e Previdência Social). Políticas como a de combate a fome, que conseguiu o mais importante avanço social do país nos últimos 50 anos (tirando o Brasil do Mapa da Fome, da ONU) são consideradas “socialismo” e, portanto, deverão ser esvaziadas, conduzindo o país de volta para o famigerado Mapa. É bastante sintomático, aliás, que uma das primeiras medidas de Bolsonaro tenha sido a extinção do Conselho de Segurança Alimentar.

Paulo Guedes e sua equipe têm uma missão, sobre a qual

não disfarçam, que é aprofundar as ações decorrentes do golpe de Estado em andamento no Brasil, no referente ao fim da soberania e dos direitos sociais e trabalhistas. Irão destruir instrumentos públicos de intervenção estratégica, que respondem pelo fato de que, entre 1950 e 1980 o Brasil foi o país que mais fez crescer o seu PIB no mundo. Pretendem entregar o país para o sistema financeiro e grandes grupos multinacionais, que não têm nenhum compromisso com projeto nacional o bem-estar da população. A política geral, é de desmonte de tudo que é público e sabem que precisam aproveitar os primeiros meses de governo, quando a população ainda estará hipnotizada por todo o processo de guerra híbrida do qual é vítima.

Entrega das riquezas nacionais e da soberania, e destruição de direitos, são duas faces da mesma moeda. Por exemplo, o Orçamento da União, havia estipulado que o salário mínimo de 2019 seria de R\$ 1.006, mas Bolsonaro assinou um decreto estipulando o orçamento em R\$ 998, R\$ 8 a menos. Essa diferença, aparentemente insignificante, que individualmente representa quase nada, significa uma enorme redução da massa salarial, já que no Brasil 48 milhões de pessoas têm sua renda referenciada no salário mínimo nacional, segundo estudo recente do DIEESE. Retirar R\$ 8 reais do salário mínimo significa tirar de circulação (para aposentados, trabalhadores que recebem 1 ou 2 salários mínimo, empregadas domésticas, etc.) bilhões de reais em um ano.

De um lado enfraquecem o Estado nacional, entregando as riquezas nacionais, destruindo as políticas de soberania e energética, desmontando a Petrobrás e entregando o Pré-sal, negociando as reservas estratégicas de água para as multinacionais (incluindo o Aquífero Guarani) e reduzindo o orçamento em ciência e tecnologia. De outro lado, destroem mercado interno, desmontam as políticas de segurança alimentar fazendo aumentar a fome, congelaram gastos primários (como educação e saúde) por 20 anos, inviabilizam as empresas nacionais (inclusive do setor privado), liquidaram as leis de proteção ao trabalho, estão destruindo o que sobrou da indústria e condenando o Brasil a ser um eterno fornecedor de matérias primas para o mundo desenvolvido. Lutar contra tudo isso não é uma escolha, mas uma imposição da realidade e uma questão de sobrevivência.



Trinta anos depois de aprovada a Constituição Federal de 1988, que trouxe o respeito à identidade cultural dos povos indígenas e ao direito sobre as terras que tradicionalmente ocupam, nós continuamos sofrendo ameaças. A mais recente, cometida pelo novo governo de Jair Bolsonaro, se deu com a Medida Provisória (MP) n.º 870/2019 e os decretos assinados pelo presidente para reorganizar a estrutura e as competências ministeriais que deixaram, deliberadamente, graves lacunas nos instrumentos e políticas socioambientais. Com a MP 870, o Presidente transfere para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a identificação, delimitação, reconhecimento e demarcação das Terras Indígenas (TIs), esvaziando a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Nos últimos anos, a conjuntura política e econômica vem imprimindo um ritmo desenvolvimentista ao país onde a Amazônia e o Cerrado desempenham o importante papel de “motor da economia”. Grandes obras de infraestrutura e a fronteira agrícola avançam com ímpeto sobre a floresta e a savana, atropelando a biodiversidade, as áreas protegidas, ignorando direitos e afetando significativamente a qualidade de vida das comunidades locais. A disputa pela terra aliada à histórica falta de governança nessas regiões resultam em mazelas que se firmam como cicatrizes no coração da maior floresta tropical do mundo. Essa conjuntura vem permitindo que diferentes aspectos da legislação ambiental sejam flexibilizados ou reinterpretados, reduzindo a proteção dos nossos ecossistemas e minando direitos constitucionais dos povos indígenas e comunidades locais.

De fato, o governo brasileiro sinaliza a tendência de continuar cedendo aos desejos dos ruralistas. Tereza Cristina, nova ministra da Agricultura, representa os interesses do agronegócio no Mato Grosso do Sul, estado que é palco dos processos de demarcação mais complicados por conta das disputas por terra. Com isso, é muito provável que o processo de identificação e demarcação de Terras Indígenas seja freado e que se afrouxem as barreiras que impedem o desmatamento. Também não está claro quem ficará com a responsabilidade de garantir a integridade das Terras Indígenas, que antes era da Funai. O órgão, antes subordinado ao Ministério da Justiça, passa a ser controlado pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado pela conservadora ministra e pastora evangélica Damarens Alves.

O desrespeito aos direitos constitucionais desses povos tangencia problemas como o desmatamento, invasão de áreas protegidas, trabalho escravo, extração ilegal de madeira, atividade mineratória, perda da biodiversidade, conflitos fundiários, violência e assassinatos no campo. É bom

lembrar que o Brasil é o país mais perigoso para ativistas e defensores da terra e do meio ambiente: em 2017, pelo menos 207 líderes indígenas, ativistas comunitários e ambientalistas foram assassinados mundo afora por protegerem seus lares e territórios dos efeitos da mineração, do agro-negócio e de outras atividades que ameaçam seu modo de vida, segundo a ONG britânica Global Witness. O Brasil foi o país mais letal para quem trava essas lutas, com 57 assassinatos. Além disso, nos últimos anos, a criminalização de lideranças indígenas tem se intensificado em razão da sua luta por direitos, especialmente no Nordeste e no Sul do país.

Terras Indígenas são bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. É dever do Estado protegê-las. Entretanto, mesmo após demarcados, esses territórios não ficam livres de ameaças. A TI Karipuna, em Rondônia, homologada em 1998, está com mais de 10 mil hectares de floresta destruídos, em consequência da exploração ilegal de madeira e de grilagem. A TI Indígena Arara, também no Pará, acaba de ser invadida por madeireiros. Nas outras regiões do país, onde os povos aguardam pela demarcação do seu território sagrado, a situação é ainda mais grave. Na Bahia, por exemplo, 490 famílias indígenas da etnia Tuxá foram surpreendidas, em novembro, com uma decisão da Justiça determinando a imediata desocupação do território Surubabel ou Dzorobabé, ocupado tradicionalmente pela comunidade.

A demarcação de Terras Indígenas representa uma garantia de proteção à floresta e aos povos que dela dependem para viver. A terra é a base do habitat de um povo e a sustentabilidade das riquezas naturais ali presentes assegura a reprodução física e cultural das populações indígenas.

Diante da crescente ameaça e dos retrocessos impostos pelo Estado aos povos originários do país, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) lança, esta semana, a campanha “Sangue Indígena: nenhuma gota a mais”, com o objetivo de mobilizar a sociedade pelos direitos indígenas. “A idéia é reunir diversas atividades, organizadas pelo movimento indígena e seus apoiadores, em uma agenda de mobilização do #JaneiroVermelho”, diz Sonia Guajajara, da coordenação da APIB.

Organize seu território. Conecte suas redes. A luta indígena é permanente e precisa do seu apoio: promova rodas de conversa, debates, produza materiais... Faça parte da campanha e some nas atividades do Janeiro Vermelho.